

## De la geopolítica y la política en tiempos de caos sistémico: una mirada desde América Latina/Abya Yala

### Of Geopolitics and Politics in Times of Systemic Chaos: A View from Latin America / Abya Yala

### De geopolítica e de política em tempos de caos sistêmico: uma mirada a partir da América Latina/Abya Yala

CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES\*

LICIO CAETANO DO REGO MONTEIRO\*\*

**RESUMEN:** Este artículo tiene como objetivo iniciar una discusión sobre el papel de Abya Yala/América Latina en el escenario geopolítico contemporáneo. Para ello, busca rastrear la formación histórica y territorial del continente en sus momentos clave, demostrando la relevancia de la conquista colonial de América para la proyección geopolítica europea en su relación con Asia (siglos XV-XIX) y el peso de esta de larga duración cuando se observa el ascenso de China y sus actuales repercusiones continentales y globales. Consideramos que la visión geopolítica tradicional -en escalas amplias y centrada en el poder de la economía y de los estados- debe ser confrontada con otras visiones y escalas que busquen reconocer el papel activo de los grupos/clases sociales en las diferentes relaciones sociales y de poder. sus escalas que marcan y redefinen los acontecimientos de la geopolítica global. Este artículo se divide en 3 partes, a saber (1) un análisis de la constitución del sistema mundial y la importancia de América para comprender este sistema, (2) su colonialidad que sobrevivió al final del colonialismo y (3) el surgimiento político de América Profunda/Abya Yala.

**PALABRAS-CLAVE:** Abya Yala, América Latina, geopolítica, sistema-mundo.

**ABSTRACT:** This article aims to start a discussion about the role of Abya Yala/Latin America in the contemporary geopolitical scenario. For this, it seeks to trace the historical and territorial formation of the continent in its key moments, demonstrating the relevance of the colonial conquest of America for the European geopolitical projection in its relationship with Asia (15th-19th centuries) and the weight of this long duration when China's rise and its current continental and global repercussions are observed. We consider that the traditional geopolitical view – on broad scales and focused on the power of the economy and of states must be confronted by other views and scales that seek to recognize the active role of social groups/ classes in the different social and power relations and their scales that mark and redefine the events of global geopolitics. This article is divided into 3 parts, namely (1) an analysis of the constitution of the world system and the importance of America to understand this system, (2) its coloniality that survived the end of colonialism and (3) the political emergence of America Deep/Abya Yala.

**KEYWORDS:** Abya Yala, Latin America, geopolitics, world-system.

**RESUMO:** O presente artigo tem por finalidade iniciar uma discussão sobre o papel de Abya Yala/América Latina no cenário geopolítico contemporâneo. Para isso, busca remontar a

\* Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense. Doutor em Geografia. <cwpg@uol.com.br>.

\*\* Professor Adjunto do Departamento de Geografia e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense, Campus de Angra dos Reis. Doutor em Geografia. <liciocaetano@id.uff.br>.

formação histórica e territorial do continente em seus momentos chave, demonstrando a relevância da conquista colonial da América para a projeção geopolítica europeia em sua relação com a Ásia (sécs. XV-XIX) e o peso dessa longa duração quando se observa a ascensão chinesa e sua repercussão continental e global atual. Consideramos que o olhar geopolítico tradicional – em amplas escalas e focado na potência da economia e dos estados – deve ser confrontado por outras miradas e escalas que busquem reconhecer o papel ativo dos grupos/classes sociais nas diferentes relações sociais e de poder e suas escalas que marcam e redefinem os acontecimentos da geopolítica global. Este artigo está dividido em 3 partes, a saber, (1) uma análise da constituição do sistema mundo e a importância da América para compreender esse sistema, (2) a sua colonialidade que sobreviveu ao fim do colonialismo e (3) a emergência política da América Profunda/Abya Yala.

**PALAVRAS-CHAVE:** Abya Yala, América Latina, Geopolítica, sistema-mundo.

**RECIBIDO:** 05 de abril de 2021. **ACEPTADO:** 10 de junio de 2021.

---

## ADVERTÊNCIA PRELIMINAR

Há uma metáfora brandida pelos analistas geopolíticos que chama a atenção para a primazia do olhar de águia, do olhar de sobrevoo, que a geopolítica oferece. De nossa parte queremos nos somar a essa visão, a essa perspectiva, que vê do alto e tal como uma águia vislumbra desde o horizonte amplo uma caça bem pequena que vai buscar para se alimentar. Esse olhar amplo e que busca se alimentar do detalhe é a força e, ao mesmo tempo, o limite desse olhar. Se não por outras razões, esse limite se dá por privilegiar a visão dos “de cima” e, mesmo quando vislumbra o pequeno, o vê como caça.

O que aqui neste artigo se busca é compatibilizar essas diferentes miradas, essas diferentes escalas, reconhecendo que as escalas são constituídas pelas relações sociais e de poder que contribuem para constituir os grupos/classes sociais<sup>1</sup> que, por meio

---

<sup>1</sup> A fórmula “grupos/classes sociais” será utilizada ao longo do texto por aceitarmos que há uma tensão na constituição das relações sociais e de poder que conformam diferentes identidades sociais seja de classe, étnica, racial ou de gênero através das quais esses grupos/classes se identificam e são identificados para criar novos direitos ou reivindicar direitos já existentes. Vários autores, como Darci Ribeiro e Armando Bartra, admitem essa tensão criativa imanente à dialética aberta da história geograficamente situada. Darci Ribeiro, por exemplo, chama indigenato ao “campesinato etnicamente diferenciado” que caracteriza várias regiões da América do Sul, Central e do México. Armando Bartra chama de campesindios certas formações muito próximas ao conceito de indigenato de Ribeiro. Várias lideranças históricas que se reivindicavam camponeses nos anos 1970 e 1980, passaram mais tarde a se reivindicar como indígenas, como Hugo Blanco, no Peru, e Felipe Quispe, na Bolívia. Na Amazônia, camponeses considerados como posseiros, nos anos 1970, passaram a se reivindicar como seringueiros e politicamente se uniram aos indígenas para formar a Aliança dos Povos da Floresta indicando que a inspiração de Darci Ribeiro de identificar um “campesinato etnicamente diferenciado” pode ser estendida a essas formações camponesas que se reivindicam, hoje, como “culturalmente diferenciadas”, inclusive conformando novas identidades sociais como a de “povos e comunidades tradicionais”. Nessas conformações

delas, se constituem. Enfim, as escalas não são independentes dessas relações sociais e de poder. São partes delas. Assim, procuramos entender não só o papel dos clássicos protagonistas da geopolítica, a saber, os estados e sua lógica territorial, assim como as corporações e suas lógicas de acumulação, mas também entender o papel de grupos/classes sociais em situação de subalternização que ao se movimentarem enquanto movimentos populares e/ou movimentos sociais, pelo próprio fato de se movimentarem, mudam as posições dos entes no espaço social e político. Sendo assim, para nós, todo movimento popular e/ou movimento social contribui, em algum grau, para que uma outra ordem se constitua. Não sem sentido esses movimentos costumam ser alcunhados de *desordeiros* pelos que querem manter a (sua) ordem social e política (Porto-Gonçalves, 2006).

## SISTEMAS-MUNDO EM MOVIMENTO

Desde que o continente americano (Abya Yala<sup>2</sup>) foi incorporado a um sistema mundo que, até então (1492), orbitava em torno da China e do Índico (Abu Lughod apud Mignolo, 2005), que a Europa, pouco a pouco, passou a ganhar maior relevância entre as diferentes economias mundo. De área marginal no, então, circuito que tinha o Oriente como principal destino comercial, a Europa passou a dinamizar esse sistema inundando-o com ouro e prata que exploravam com mão-de-obra dos indígenas, e depois dos negros escravizados, nas minas do continente que nos toca viver, a América/Abya Yala. Diante disso, podemos reconhecer que a ascensão geopolítica

---

socioculturais, muitos desses grupos reivindicam suas relações com a natureza para além da terra como meio de produção, ainda que assim seja usada, mas também pelos sentidos simbólicos que a ela atribuem: são seringueiros, são quebradeiras de coco babaçu, são mangabeiras, entre outras identidades que se marcam com alguma relação com a natureza. A problemática ambiental amplia o debate sobre a terra como metabolismo de reprodução da vida (terra + água + fotossíntese (flora e fauna) + ar). Esses grupos/classes sociais são responsáveis por colocar em debate questões novas como a luta por território e não só por terra, afirmando suas territorialidades em processo de territorialização. Tudo indica que conceitos que conformam verdadeiros paradigmas nas ciências sociais estejam sendo testados diante de novas configurações societárias indicando que os paradigmas não caem dos céus, mas sim são instituídos no terreno movediço da história por processos instituintes impulsionados por grupos/classes sociais que se conformam dialeticamente conformando esses processos. Talvez aqui a inspiração de E. P. Thompson, de que na expressão “luta de classes” a palavra forte é luta e não classe, possa ser invocada. A incidência política desses grupos/classes sociais tem sido importante como indicaremos ao longo desse artigo.

<sup>2</sup> Abya Yala é o nome que várias organizações indígenas vêm, em anos recentes, dando ao continente batizado pelos europeus como América. Como dar nome próprio é um modo de se apropriar dos territórios conformando determinada territorialidade, portanto, um tema também geopolítico, adotamos essa designação Abya Yala / América para dar conta das contradições geopolíticas que emanam do próprio fato de nomear sendo coerentes com a tese principal que comanda esse artigo de considerar vários agentes na cena geopolítica e não só os estados e as corporações empresariais (Porto-Gonçalves, 2009).

européia desde o século XV se deve à América/Abya Yala. Desde então, se constituiu um sistema mundo em que o continente americano estava situado na posição de periferia da Europa que, por sua vez, só viria a superar mais tarde o dinamismo das demais economias-mundo, em particular a que orbitava em torno da China.<sup>3</sup>

Assim seria até o final do século XVIII quando a Europa, pela primeira vez, ganha centralidade no circuito metabólico da produção com uma Revolução nas-relações-sociais-e-de-poder<sup>4</sup> Industrial. Até então, a Europa não produzia nada de relevante para o comércio mundial (Quijano, 2005a), a não ser que se considere que o ouro e a prata eram “produções europeias”, o que significaria ignorar o caráter centro-periférico ou moderno-colonial que caracteriza o sistema-mundo que, desde 1492, nos habita. E, mais, o ouro e a prata serviram fundamentalmente para acelerar a circulação comercial, o que, por sua vez, daria um forte impulso ao comércio e à produção. No intercâmbio direto com o Ocidente iniciado no século XVI, os chineses se mostravam indiferentes ou desprezavam as mercadorias levadas pelos europeus. Até mesmo as “maravilhas” da Revolução Industrial inglesa não encontravam o mercado aberto nos portos chineses, somente as moedas de prata (originadas de Potosí) eram bem-vindas (Sahlins, 1988). Foi somente com o ópio, no século XIX, que os ingleses encontraram algum meio de recuperar a prata de Potosí que despejavam na China para obter o chá, que se tornara um vício britânico nos séculos anteriores. Em Potosí, os colonizadores usaram outro estimulante, a coca, e o fizeram em volumes colossais (3.5 toneladas por dia!), uma folha de uso ritual e terapêutico, que fora instrumentalizada para que os mineiros indígenas trabalhassem em jornadas mais longas e enganassem o estômago (Escohotado, 1989). Entre os produtos do circuito global anterior ao século XVIII não pode faltar o açúcar das *plantations*, resultado

<sup>3</sup> O conceito de economia mundo, de Fernand Braudel, dialoga com o conceito de região urbana ou região polarizada da geografia indicando um determinado espaço controlado por determinada rede urbana que o polariza num determinado tempo histórico. Na visão de Braudel, várias economias-mundo subsistiam antes da unificação de todas as economias num sistema mundial. Já o conceito de sistema mundo de I. Wallerstein, de inspiração braudeliiana, diz respeito às relações de várias economias mundo incorporadas enquanto um sistema que as subordina e reestrutura numa relação centro-periférica. Somente após 1453-1492 um conjunto de economias mundo são interconectadas através de um sistema mundo eurocentrado que, pouco a pouco, vai subordinando com o colonialismo e o imperialismo outras regiões/povos e suas economias mundo. Alguns autores chamam a atenção de que a centralidade europeia ocorreu alguns séculos mais tarde em relação às conquistas, quando finalmente as “Índias” sucumbem à dominação europeia, entre os séculos XVIII e XIX.

<sup>4</sup> Pedimos compreensão ao leitor pelo uso dessa expressão que, reconhecemos, é pouco elegante. No entanto, o fazemos pela convicção da necessidade de rompermos com uma das principais ideologias moderno-coloniais, a saber, o tecnocentrismo. Falar de revolução tecnológica ignorando que elas são, sempre, parte das relações sociais e de poder é dar curso a uma ideia de que seria possível que as técnicas e as tecnologias é que fazem revoluções por si mesmas. Sempre que se ouvir falar que há uma revolução tecnológica em curso há que se indagar que grupo/classe social, e com que objetivos, deu curso a essa determinada revolução tecnológica.

da modernização conservadora nos trópicos, afinal os engenhos de açúcar eram as mais avançadas e engenhosas tecnologias do mundo atlântico então conhecido (Porto-Gonçalves, 2012). Esse grande complexo agro-manufatureiro era também o mais globalizado de sua época, dele “participavam todas as partes do mundo”, como afirmara há tempos Leo Waibel (Waibel, 1979 [1933]): capitais (e consumidores) da Europa, a planta originada na Ásia, a mão de obra oriunda da África e o clima, o solo e, acrescentamos, os engenhos situados na América /Abya Yala.

Nos últimos 250 anos, a China perdera a centralidade que tivera desde que, há mais de 1.000 anos, se constituíra como uma das mais importantes economias-mundo que se conhecera<sup>5</sup>. O caos sistêmico que hoje vivemos veio se desdobrando na esteira dos ciclos sistêmicos que se constituíram desde finais do século XVIII sob hegemonia britânica e, depois, estadunidense.<sup>6</sup> Desconhecemos, em função do eeuurocentrismo, quais características assumiram a centralidade econômica (e política?) da China na economia-mundo que liderara, questão que, hoje, interessa-nos a todos em função da re-orientação, rigorosamente uma volta ao Oriente, do sistema-mundo onde o Sul e o Sudeste asiático, em particular a China, recuperam a centralidade enquanto centro geográfico do metabolismo do capital. Autores como Marshall Sahlins (1988), Andre Gunder Frank (1998), Jack Goody (2006), Pomeranz (2013), e Giovanni Arrighi (2007) começaram a lançar um olhar menos eeuurocentrado na maneira de contar a história do capitalismo diante do fenômeno da ascensão chinesa em nosso tempo.

O próprio Marx, ao final de sua vida, nos chamara a atenção para que tivéssemos cuidado de interpretar o mundo segundo o que ele mesmo apresentara em *O Capital*, obra que escrevera com relativamente pouca informação sobre o que se passava na periferia do sistema capitalista, como demonstrou em seus diálogos com a intelectualidade revolucionária da Rússia com quem estabelecera fortes laços após a publicação de *O Capital* (Shanin, [1984], 2016)<sup>7</sup>. Ainda que afirmasse que a lógica do capital expressa em *O Capital* se impusesse como uma espécie de lei de ferro onde houvesse sido historicamente estabelecida, Marx não tivera como se aprofundar nas formações sócio-históricas do Oriente nem muito menos conhecera a experiência dos Partidos Comunistas no

<sup>5</sup> Lembrando que a centralidade chinesa era em sua própria economia mundo e não tinha a escala global que temos após a unificação dos sistemas mundo semiautônomos a partir do “descobrimento” da América que é, ao mesmo tempo, de “encobrimento” de Abya Yala, segundo Enrique Dussel.

<sup>6</sup> O caos sistêmico que nos habita tem como momento constitutivo a Revolução de 1968, para I. Wallerstein, e a desregulamentação financeira dos anos 1970, segundo G. Arrighi.

<sup>7</sup> Marx, sobretudo depois da publicação de *O Capital*, se aproxima da intelectualidade revolucionária russa e, desde então, passa a ter uma visão mais compreensiva do papel do campesinato e suas implicações com formas comunitárias, como pode ser lido em sua resposta à carta que lhe fora endereçada pela revolucionária russa Vera Zasluch, onde as tradições comunitárias camponesas seriam perfeitamente compatíveis com o comunismo (Shanin, 2016).

exercício do poder estatal.<sup>8</sup> Atualmente podemos retomar a ressalva do Marx “tardio” e olhar o que se passa no mundo fora da Europa Ocidental.

O recente reencontro do Ocidente com a China foi marcado pela aliança entre este país e os EEUU contra a URSS, a qual, cada um a seu modo e por razões próprias, elegeram como inimigo principal naquele momento histórico. Embora tenha sido pouco percebido ou entendido durante os anos 1970, podemos hoje olhar retrospectivamente e notar o quanto este evento foi decisivo para os desdobramentos políticos e econômicos que vieram a se suceder. Terá sido a aliança entre EEUU e China a grande vitoriosa com a queda da URSS em 1989-1991? Dificilmente essa resposta seria positiva na virada nos anos 1990. Considere-se que essa aliança que a China fizera com os EEUU obrigara a que os estrategistas chineses ficassem ainda mais atentos ao seu inimigo estratégico regional, o Japão, que, juntamente com os chamados “Tigres Asiáticos”, foi o grande beneficiário regional da Guerra Fria com seu desenvolvimento a convite (Wallerstein, 1979)

Desde a queda do Muro de Berlim e do fim da União Soviética passamos a viver uma nova ordem mundial que substituiria a Guerra Fria. No centro do sistema mundo, um dos principais efeitos dessa mudança foi a saída de cena da socialdemocracia, que tanto se beneficiara daquele conflito geopolítico bipolar. Eric Hobsbawn, historiador egípcio-inglês quando perguntado sobre o que sucederia ao capitalismo depois da queda do Muro de Berlim, dissera que talvez retomasse a sua face bárbara já que, na nova conjuntura, não mais temeria sua eventual superação pelo socialismo (Hobsbawn, 1997). O historiador, que era filiado ao Labour Party, chamava a atenção para o paradoxo de que o que civilizara o capitalismo fora justamente a luta dos partidos operários, entre os quais o Partido Trabalhista inglês, os socialistas e os comunistas. Com certa ironia, vaticinava que sua geração havia sido responsável por algo que não queria, isto é, contribuía para civilizar o capitalismo quando, na verdade, queria destruí-lo. Ironias da história, conforme a sábia expressão de Isaac Deutscher. Immanuel Wallerstein nos alertara que os anos 1960 sinalizariam os limites da estratégia dos “dois passos”: primeiro passo, a

---

<sup>8</sup> Um Coletivo que reúne comunistas críticos do atual regime chinês ressalta que os sucessos do que chamam de “era socialista” “como seus sucessos no campo da educação básica e da alfabetização, [que] foram substanciais o suficiente para que até mesmo os críticos mais severos do país tivessem de reconhecê-los. A Febre do caracol, que assolou o país por séculos, foi essencialmente eliminado em grande parte de seu núcleo histórico, apenas para voltar à força quando o sistema de saúde socialista começou a ser desmantelado. A mortalidade infantil despencou e, mesmo apesar da fome que acompanhou o Grande Salto para a Frente, a expectativa de vida saltou de 45 para 68 anos entre 1950 e o início dos anos 1980. A imunização e as práticas sanitárias gerais generalizaram-se e as informações básicas sobre nutrição e saúde pública, bem como o acesso a medicamentos rudimentares, eram gratuitas e disponíveis para todos. Enquanto isso, o sistema de médicos de pés descalços ajudou a distribuir conhecimento médico fundamental, embora limitado, a uma grande parcela da população, ajudando a construir um sistema de saúde robusto e de baixo para cima em condições de extrema pobreza material” (Coletivo Chuang, 2020).

conquista do estado; segundo passo, transformar o mundo. O mapa das experiências socialdemocratas,<sup>9</sup> comunistas e nacionalistas revolucionárias na Ásia e na África, e do nacional desenvolvimentismo nas Américas, nos mostram, *ad nauseam*, que o primeiro passo se deu amplamente, mas o segundo passo não se completara.

As declarações de E. Hobsbawn foram feitas justamente em 1997, na metade dessa década marcada por regressões de direitos sociais depois do novo Consenso, o de Washington, que substituíra a Guerra Fria. Os EEUU se acreditaram os grandes vitoriosos da queda do muro e do fim da URSS e agiram como tal. A Guerra do Golfo, em finais de 1990 e início de 1991, contou com apoio de uma resolução da ONU e era o exercício de um poder unipolar que se mostrava também como liderança. Uma década depois, reivindicando novamente sua liderança para levar adiante a guerra global contra o terrorismo, foram ao Afeganistão com apoio da ONU. O mesmo não se repetiu no Iraque em 2003, quando tiveram sua iniciativa na ONU vetada por russos, chineses e franceses. Agiram unilateralmente como diz, hoje, Donald Trump: *America First*, apesar de, diferentemente dele, antes enunciarem valores universais/globais em suas intervenções ao redor do mundo, o que na verdade era a projeção de um mundo ordenado à imagem e semelhança dos valores e interesses norte-americanos –ao mesmo tempo em que advogava para si o excepcionalismo baseado em crenças como o Destino Manifesto. Mas não confundamos ideologias com as práticas que vão além delas. Donald Trump praticou o que podemos chamar de cena de política explícita, pois os EEUU jamais deixaram de agir com base no *America First*.

Nos anos 1990 algumas clivagens se anunciaram não só entre os de cima e os de baixo, mas também entre os diferentes “de cima”. Os EEUU alternaram entre a imposição do unilateralismo –uma vez que não tinham concorrência militar ou econômica

<sup>9</sup> Não sem sentido a ideia de bem-estar viria substituir à ideia de construir um novo homem, de bem-viver ou de bem-conviver (Suma Qamaña, Sumak Kawsay) em linguagem mais própria dos grupos sociais que emergem na América Latina/Abya Yala nos anos 1990. Registre-se que esse novo léxico teórico-político que emana entre os grupos/classes sociais em situação de subalternização em *Nuestra América/Abya Yala* se apresenta oferecendo um sentido para a vida que se contrapõe à ideia colonial de desenvolvimento. A ideia de bem-estar ficara consagrada no léxico teórico-político socialdemocrata como Estado do Bem-Estar Social, o *Welfare State*. Isso nos remete à caracterização irônica de Eric Hobsbawn de que as esquerdas civilizaram o capitalismo quando, na verdade, queriam transformá-lo. O que nos parece uma boa caracterização quando, nos beneficiando do tempo histórico vemos, hoje, a face bárbara que o capitalismo assumiria depois da queda do bloco socialista, o que viria merecer até mesmo de um sociólogo midiático, como Domenico Di Masi, a afirmação que, nos últimos 200 anos, tivemos a luta dos pobres contra os ricos para conquistar direitos e, nos últimos 20/30 anos, temos a luta dos ricos contra os pobres para acabar com os direitos. Registremos que a noção de pobreza não faz parte das melhores tradições das esquerdas revolucionárias, assim mesmo no plural, já que nessas tradições o conceito forte é o de riqueza. Afinal, a força política e moral da chamada classe proletária adviria do fato de ser aquela que produz riqueza e não o fato de ser pobre. Nessa tradição, a luta é contra a exploração e não contra a desigualdade social, ou contra a exclusão ou pela inserção social que, hoje, são a nova matriz da *troika*, como se vê nos documentos do Banco Mundial, do FMI e da OMC.

à altura–e a produção de consensos multilaterais. As clivagens aparecem também internamente entre os próprios estadunidenses, principalmente quando emergem novos *players* globais concorrentes, como a China e, pouco depois, com a Rússia. Os EEUU se veem verdadeiramente ameaçados em sua hegemonia econômica, mas com um domínio militar ainda incomparável –embora a Rússia presente, hoje, segundo especialistas, equipamentos de guerra mais avançados, como vem apontando em diversos debates o jornalista Pepe Escobar. Sendo assim, seja pela ameaça econômica representada pela China, seja pela ameaça militar representada pela Rússia, o fato é que, para os EEUU, a Rússia e a China são, hoje, os seus novos inimigos estratégicos, ainda que não haja consenso entre as vertentes internas de quem seja o inimigo principal. Hoje, por exemplo, para setores conservadores tanto republicanos, representados por Donald Trump, como democratas mais à direita, esse inimigo seria a China e não a Rússia. Para os setores mais liberais, ligados ao Partido Democrata, esse inimigo seria a Rússia e não a China.

Tudo indica que essas direitas ascendentes de diferentes matizes –geralmente classificadas como nacionalistas populistas– teriam cumprido um papel importante na derrota das forças de esquerda, mas que, no governo, não vêm se mostrando capazes de oferecer alternativas efetivas ao poder do capitalismo financeiro, ainda que tenham em comum uma visão liberal do estado que, tudo indica, parece ser o ponto central da interminável crise capitalista que se arrasta com a retirada de direitos sociais e de políticas de bem-estar social, cujos limites a pandemia do coronavírus escancararia. Enfim, essas direitas populistas têm servido mais para destruir uma série de conquistas sociais pós-segunda guerra no contexto da Guerra Fria, do que efetivamente construir uma alternativa à crise estrutural do capitalismo que, hoje, tem seu principal centro de acumulação numa experiência surgida com uma revolução comunista, a Revolução chinesa de 1949, o principal centro metabólico da produção capitalista global.

Está em curso, nesse momento, uma nova *manobra geopolítica*, lançando mão de um conceito do campo geopolítico, em que Rússia e China fazem uma grande aliança estratégica. Registremos que se trata de uma aliança entre o país de maior extensão territorial do planeta, a Rússia, e o país de maior efetivo demográfico do mundo, a China, o que por si mesmo indicam o potencial geopolítico de dita aliança. Ademais, para fechar o tripé dessa aliança registre-se o domínio científico e tecnológico desses dois países. Com isso, Rússia e China se posicionam estrategicamente no novo xadrez global. As novas Rotas da Seda (Iniciativa Cinturão e Rota), que ligam o Mediterrâneo europeu e diversas outras regiões na Ásia e na África à China, são o maior projeto logístico do mundo com investimentos em grande parte patrocinados pelos estados, o que dificilmente estaria no horizonte dos países do ocidente, por conta da captura dos estados pelo capital financeiro. Considere-se, ainda, que tanto a Rússia como a China acabam de aprovar reformas constitucionais que fortalecem a centralização do poder, o que sugere

uma vida longa a esse capitalismo de estado monopolista diferente do capitalismo monopolista de estado sob a órbita estadunidense e europeia.

Contra essa estabilidade, os EEUU oscilam entre uma posição geopolítica de inserção globalizada, protagonizada pelos democratas, ou por um nacionalismo *a la* Trump. Ambas posições expõem as fragilidades de uma política estratégica de estado ficar subordinada a uma lógica de governos. Algumas disputas que emergem na geopolítica mundial devem ser entendidas nessa chave, como podemos observar com relação à tecnologia do 5G, em que a China (Huawey) vem assumindo a dianteira e, ainda com a Rússia no *affair* envolvendo o Nord Stream 2, o canal de fornecimento de gás que liga a Rússia à Europa, e que os EEUU vêm procurando impedir a todo custo. A tentativa ocidental, sob pressão estadunidense, de derrubar o governo sírio (desde 2011) e os conflitos militares envolvendo a Criméia (desde 2014) devem ser compreendidos também nesse sentido.

Há uma transição geopolítica em curso, sobretudo pós anos 2000, com a ascensão econômica da China e a afirmação militar russa, reforçada pela aliança estratégica que esses dois países estabeleceram. Ao disputarem a hegemonia com EEUU e, assim, restringirem as ações norte-americanas no mundo<sup>10</sup>, a tendência é tornar o controle da América Latina/Abya Yala ainda mais estratégico para o destino daquele país. A julgar pelos grupos/classes sociais que historicamente em nossa região têm se mantido em servidão voluntária com relação aos EEUU, as possibilidades efetivas de algum avanço em termos de justiça social e de uma democracia substantiva entre nós se mostram estreitas com esse bloco de poder e com essa aliança. No entanto, também aqui novas clivagens se apresentam, pois, a China se apresenta como o principal parceiro comercial das oligarquias que encimam esse bloco de poder. Sendo assim, para os grupos/classes sociais em situação de subalternização/opressão/exploração do continente sul-americano/Abya Yala os cenários são preocupantes seja com a reafirmação da hegemonia estadunidense sobre a região, seja com a cada vez maior presença chinesa pragmática e não-ideológica com a qual as oligarquias regionais se sentem confortáveis reafirmando a tradição de supridora de matérias-primas aos centros de acumulação mundial com que se reproduzem. Tudo indica que a máxima do “não importa a cor do gato desde que cace o rato” (Deng Xiaoping) seja compatível com as oligarquias moderno-tradicionais latino-americanas.

A China vem se constituindo na grande parceira das oligarquias que nos mantém como exportadores de natureza, dando continuidade à nossa histórica condição colonial. Eis um dilema geopolítico com que haveremos de saber nos mover nas diversas circunstâncias que vão se apresentar nesse momento de transição de larga duração em

<sup>10</sup> A recente saída das tropas militares estadunidense do Afeganistão, em agosto de 2021, tem um significado geopolítico histórico no novo xadrez que se desenha e marca uma derrota estratégica do atual *hegemon*.

caos sistémico. Aqui nos cabe pensar a geopolítica como uma abordagem multiescalar necessária para dar conta das complexas relações sociais e de poder que nos afetam, sobretudo preocupados com os grupos/classes sociais em situação de subalternização em sua luta para superar essa situação<sup>11</sup>. A sorte está lançada nessa reconfiguração geopolítica. Cabe a nós vermos o lugar da América Latina/Abya Yala nessa nova ordem mundial que se desenha.

## A INSERÇÃO DA AMÉRICA LATINA/ABYA YALA NO SISTEMA-MUNDO

Nosso destino enquanto América Outra/Nuestra América/Abya Yala está fortemente condicionado por nossa situação periférica-dependente com que fomos constituídos/constituímos desde os primórdios do sistema-mundo capitalista moderno-colonial, em 1492. Desde que, aqui nesse continente, se iniciou a derrocada do antigo sistema colonial da primeira moderno-colonialidade sob hegemonia ibérica,<sup>12</sup> que continuamos sendo alvo de disputas pelas grandes potências mundiais com sérias consequências para nossas sociedades, nossa história e nossa geografia. Como afirma Fiori (2004), os EEUU apresentaram desde o início uma “tendência expansiva” similar aos Estados-impérios europeus, o que não se via nos demais estados “tardios” criados na América. As elites dos EEUU se arrogaram um papel, desde sua independência em 1776, como se fossem dotados de um desígnio divino para dar continuidade ao domínio imperial que os europeus se investiram desde 1492<sup>13</sup>. Essa crença imperial se explicita quando Quincy Adams, em 1819, anunciara a intenção de anexar a Flórida e Cuba (Fiori, 2004) ao território estadunidense. A ideia de destino manifesto durante meados do século XIX também reforça o mesmo sentido expansivo.

O imbróglcio geopolítico colonial-imperial já nos afetou com o destino que nos reservara em 1804, quando da independência do Haiti. A França, que financiara a independência dos EEUU, através da venda da Loísiana em 1803, para fragilizar seu adversário estratégico, a Inglaterra, receberá apoio dos EEUU contra os jacobinos negros do Haiti (James, 2000) que lideraram a luta pela dupla emancipação, tanto do domínio

<sup>11</sup> Justamente por isso, talvez caiba ouvir os conselhos de Gonzaguinha em seu poema-canção Matilda: “No campo do adversário/É bom jogar com muita calma/Procurando pela brecha/Pra poder ganhar”.

<sup>12</sup> Para o que muito contribuiu a Grande Rebelião contra as autoridades coloniais espanholas no Alto Peru, na Bolívia, de 1780 a 1783, que praticamente paralisou a exploração de prata, liderada por Tupak Katari, aimará, e por Tupak Amaru II, quéchua. Afinal, a crise do sistema colonial não se deveu exclusivamente às divergências entre as elites coloniais metropolitanas entre si e *criollas*, mas foi em grande parte influenciada pelas lutas de classes internas às colônias em que os povos originários, camponeses e quilombolas/cimarrones/pallenqueros jogaram um papel relevante.

<sup>13</sup> A arquitetura da Casa Branca, em estilo neoclássico federal, com detalhes que remetem à arquitetura grega clássica, dão conta desse eeuurocentrismo e, mais ainda, se arrogam como uma nova Nova Roma, então inaugurada.

colonial francês como da escravidão.<sup>14</sup> Ao tentar levar às últimas consequências os princípios de liberdade enunciados pela matriz francesa, os haitianos tiveram contra si não só seus colonizadores, mas também a oposição dos EEUU. Thomas Jefferson (1743-1826), ele mesmo um dono de escravos, se negou a manter relações comerciais com o Haiti revolucionário, com medo das possíveis influências abolicionistas em seu próprio país (Rinke, 2016). À época, um fantasma passou a preocupar as oligarquias escravocratas de toda a América, o chamado haitianismo, muito semelhante ao fantasma do comunismo logo pós o fim da II Guerra. As duas revoluções ilustradas e exaltadas como expressão da liberdade política do século das Luzes, a Francesa (1789) e a Estadunidense (1776), se apoiavam para sufocar a única das revoluções no mundo até então que abolia a escravidão, a Haitiana (1804). A colonialidade do poder e seu racismo constitutivo mostrava sua cara já bem no início da segunda moderno-colonialidade sob hegemonia britânica e, mais adiante, estadunidense.

A vocação imperial estadunidense, consagrada em 1823 com a Doutrina Monroe, já havia se manifestado no Haiti em apoio aos franceses e não aos haitianos; mais tarde, em apoio ao bloqueio naval da Inglaterra e da Alemanha contra a Venezuela, em 1902-1903, e bem mais recentemente, em apoio à Inglaterra na defesa das Ilhas Falklands, segundo os ingleses, e chamadas Malvinas pelos argentinos. José Martí (1853-1895) denunciara, à sua época, as tentativas dos EEUU de tutelar o movimento de libertação nacional cubano, o que o levaria a afirmar a existência de outra América, a *Nuestra América*. Como se vê, a América para os (norte-)americanos tem um viés claramente manejado segundo os interesses estratégicos dos EEUU haja vista que, não raro, apoiam interesses europeus contra países caribenhos ou latino-americanos.

A cartografia política do nosso continente tem as marcas dessa presença onipotente dos EEUU com a usurpação ao México de amplos territórios como os atuais estados do Arizona, Novo México, Califórnia, Texas, Utah, Colorado, Nevada e Wyoming, entre 1845 e 1848; na balcanização da América Central, o que inclui seu apoio à emancipação do Panamá, contra o parlamento da Colômbia que se negara a aceitar a abertura do canal que ligaria o Pacífico ao Atlântico. O canal do Panamá, desde que os EEUU completaram sua ligação *coast to coast* com a tomada dos territórios ao México, passara a ser uma verdadeira obsessão geopolítica para a defesa territorial do Império, o que incluía, ainda, o controle da maior ilha do Caribe, Cuba – que, entretanto, se tornaria seu verdadeiro calcanhar de Aquiles, antes mesmo da ilha se tornar socialista – e da porta de entrada do chamado Mediterrâneo Americano (Spykman, 1942), a ilha de Porto Rico, conquistada após a guerra contra a Espanha, que marca a virada na projeção dos EEUU sobre o Caribe. A subordinação da Colômbia e da Venezuela alguns anos depois, com a

<sup>14</sup> Recentemente, no último mandato do Presidente J. B. Aristide, do qual foi derrubado por um golpe de estado, em 2004, esse tema voltou à baila, quando o governo haitiano resolveu cobrar a dívida que foi imposta ao país pela abolição da escravatura quando da sua independência, em 1804.

cisão do Panamá e o bloqueio naval contra a Venezuela, encerrava o desenho geopolítico do Mediterrâneo Americano, feito um *Mare Nostrum* dos EEUU, o Mar do Caribe. Na geopolítica dos EEUU, Colômbia e Venezuela eram mais caribenhos do que sul-americano, por sua posição geográfica, pela ausência de conectividade com os demais países da América do Sul, que em sua maioria estavam ainda sob disputa com a influência britânica, francesa e holandesa, como na região as Guianas.

Não à toa Nicholas Spykman, que enunciava a estratégia dos EEUU frente ao mundo durante a II Guerra Mundial, dedicara metade de seu livro ao subtítulo “A disputa pela América do Sul”. Para Spykman, Brasil, Argentina e Chile contavam ainda com alguma margem de manobra na transição hegemônica em que os EEUU se projetavam como potência global e poderiam tirar proveito de sua posição geográfica e sua dimensão territorial para barganhar. Afinal, estavam fora do Caribe, o *Mare Nostrum* estadunidense.

Um exemplo foi a posição brasileira diante das sucessivas tentativas de tornar livre à navegação internacional os rios da bacia amazônica, além da tentativa de se estabelecer uma *chartered company*, a Bolivian Syndicate,<sup>15</sup> que se apropriaria dos ricos seringais onde, hoje, se localiza o estado brasileiro do Acre. O Brasil, em diferentes momentos, soube se mover soberanamente diante dessas situações, como se viu no caso da navegação na Amazônia, no *affair* que envolveu o Acre e, ainda, quando durante a II Guerra Mundial negociou a sua adesão aos Aliados contra o nazismo<sup>16</sup> lhes fornecendo borracha, mediante o apoio à criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, e a criação de uma empresa mista em que o estado brasileiro detinha o controle acionário, a Companhia Vale do Rio Doce, que passaria a fornecer o ferro do Pico do Cauê de Itabira, recorrente na poesia de Carlos Drummond de Andrade (ver Wisnik, 2019).

No pós-guerra, rapidamente os antigos inimigos do Eixo foram deixados de lado e foi enunciado o novo inimigo em comum: o comunismo. Em nome do combate ao comunismo, traduzido como Doutrina de Segurança Nacional (DSN), golpes de Estado

<sup>15</sup> O norte-americano Edwin R. Heath era grande produtor de borracha no Beni na Amazônia boliviana, onde operava a Casa Suarez, do boliviano Nicolás Suárez, a principal empresa exportadora da goma elástica.

<sup>16</sup> É interessante ter em conta a aproximação que, então, o governo brasileiro mantinha com o governo alemão por razões geopolíticas próprias e menos por afinidade ideológica, ainda que ela pudesse existir em algum grau. Afinal, para o Brasil a aproximação com a Alemanha importava pelo que ela abria de possibilidades de transferência tecnológica. Situação similar se repetiu nos anos 1970, quando o Brasil se apoia na Alemanha para desenvolver suas plantas nucleares (quando a finalidade militar das tecnologias nucleares ainda não estava descartada) e, nos anos 2000, quando busca a França para o desenvolvimento do submarino nuclear. Note-se que em ambos os casos, os aliados estão dentro do espectro político capitalista ocidental, o que certamente contribuiu para que fossem tolerados na medida do possível pelos EEUU, diferentemente do que ocorreu no caso da aproximação da Venezuela com a Rússia, sua principal parceira no fornecimento de armas militares, o que escapa dos interesses estadunidenses.

foram perpetrados e ditaduras duraram dezenas de anos, com milhares de mortos, desaparecidos, presos, exilados e torturados. Os assassinatos de Jorge Eliécer Gaitán, na Colômbia, em 1948, de Jacobo Arbenz, na Guatemala, em 1954, o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, a derrubada de Perón, na Argentina, em 1955, dão conta dos limites impostos pelos EEUU a governos nacional-populares na América Latina. Essa leitura teria inspirado os revolucionários cubanos a afirmar a tese que a soberania nacional só poderia ser exercida com uma revolução nacional popular anti-imperialista e, no caso, antiamericana.<sup>17</sup> A tese do “inimigo interno” é um giro na estratégia de defesa nacional e transforma os “subversivos” em agentes de Moscou, Havana ou Pequim. Os resquícios do entulho autoritário dos anos 1960, 1970 e 1980 até hoje são sentidos, seja em leis e constituições, como a do Chile –que finalmente será modificada após o movimento popular ocorrido em 2019 e 2020– seja em visões doutrinárias que enxergam comunistas em toda parte, como ocorre com a direita brasileira.<sup>18</sup>

Nos anos 1990, apesar de se falar em fim da história e das redemocratizações, não tardou para que o mundo trouxesse à luz suas profundas contradições, particularmente numa região que os EEUU sempre consideraram seu *patio trasero*, a América Latina/Abya Yala, região que, ao contrário da Ásia, em nada se beneficiara do alinhamento automático de suas elites aos EEUU através da adoção da doutrina de segurança nacional nos tempos da Guerra Fria.<sup>19</sup> O consenso de Washington dos anos 90 foi o eufemismo para a nova doutrina de alinhamento que, como a DSN, é só uma renovação da matriz de todas as doutrinas que marcam a relação EEUU-América Latina, a Doutrina Monroe.<sup>20</sup>

---

<sup>17</sup> É importante deixar claro que por mais que se veja a Revolução Cubana como uma revolução socialista, não era esse seu foco inicial, mas sim o exercício da soberania nacional e a deposição do oligarca ultra corrupto Fulgencio Batista, que governava o país através de um golpe militar desde 1952 e que contava com apoio estadunidense. A nacionalização de empresas, inclusive, estadunidenses pelos revolucionários nacionalistas cubanos com a Revolução de 1º de janeiro de 1959 levou os EEUU a mudarem de posição com relação aos revolucionários a quem, de certa forma, ajudaram ao retirar seu apoio ao já moribundo e indefensável Fulgencio Batista. Foi diante desse novo quadro que, somente em 1961, Cuba se viu obrigada a se autodeclarar socialista para afirmar a soberania nacional. A partir desse momento o apoio soviético foi decisivo e, nesse sentido, a Guerra Fria serviu de pano de fundo para opções nacionais, como a cubana.

<sup>18</sup> No Brasil, recentemente, juízes da Supremo Tribunal Federal de marcado viés liberal-conservador são acusados de “comunistas” por membros do governo de extrema direita eleito em 2018.

<sup>19</sup> Alguns avanços na industrialização tardia de países como Brasil, Argentina e México podem ser creditados ao posicionamento pró-estadunidense no confronto bipolar, porém os anos 1980, com o endividamento massivo dessas economias e a regressão econômica da maioria dos países latino-americanos deixaram claro que o apoio dado às economias asiáticas capitalistas que confrontavam URSS e China não se repetiria no “quintal americano”, onde os Estados Unidos não encontravam concorrência.

<sup>20</sup> A eleição do nacionalista Hugo Chávez na Venezuela em 1998 e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte que, inclusive mudou o nome da Venezuela para República Bolivariana da Venezuela, serviu de pretexto, no Brasil, para introduzir no senso comum um conceito tipicamente estadunidense, o antibolivarianismo, que não fazia parte do nosso léxico político, o que mostra o apro-

Quando uma nova ordem mundial começou a ser desenhada depois da queda da URSS, os EEUU mantiveram sua política externa imperial para com a América Latina/ Abya Yala como um espaço subalternizado. Menos de um mês depois da queda do muro de Berlim, em 20 de dezembro de 1989, os EEUU enviaram 28.000 soldados para uma “Guerra Justa” invadindo o Panamá quando prenderam um antigo aliado, o então presidente Manuel Noriega<sup>21</sup>, acusando-o de envolvimento com o narcotráfico e inaugurando de forma definitiva a Guerra às Drogas que, desde os anos 1980, se tornaria a nova diretriz de sua política externa, com o fim do comunismo. Em 1990, a última experiência de uma revolução de caráter insurrecional que ocorrera em nosso continente, com os sandinistas em 1979, foi derrotada nas urnas, depois de uma sistemática política de desgaste promovida com aberto apoio dos EEUU aos chamados “Contras”. Até mesmo a compra de armas coordenadas pela CIA envolvendo o então “arqui-inimigo” dos EEUU, o Irã, para servir aos Contras nicaraguenses, veio a público com o *affair* que ficou conhecido como “Caso Irã-Contras”.

Em 1991, os EEUU ainda interviriam no Haiti restringindo as ações do primeiro presidente democraticamente eleito depois da longa noite da ditadura dos Duvalier (Papa Doc e Baby Doc) que dominara cruelmente o país desde 1957. J-B. Aristide, recém-eleito presidente do Haiti, homem ligado à Teologia da Libertação, será levado contra a sua vontade aos EEUU onde se verá obrigado a aceitar a manutenção das forças paramilitares ligadas aos *Tonton Macoutes*, *Milice de Volontaires de la Sécurité Nationale*, de inspiração fascista, criada em 1959, o que tornaria seu governo refém das forças reacionárias do país e, assim, praticamente ingovernável.

Enfim, todos esses casos se deram logo a seguir à queda do muro de Berlim, ressaltamos, o que ratifica a tese que vimos afirmando do destino que os EEUU reserva para a

---

fundamento da submissão ideológica de amplos setores das elites brasileiras marcando um afastamento das nossas tradições em política externa de não-alinhamento automático com os EEUU.

<sup>21</sup> Registre-se que Manuel Noriega sucederia a Omar Torrijos, líder nacionalista panamenho que morreria num acidente aéreo até hoje não esclarecido. Consideremos, ainda, *el doble moral*, como se diz em bom espanhol, do modo como se move a política externa estadunidense ao manipular, segundo seus objetivos estratégicos lideranças de outros países, seja usando-as, seja descartando-as conforme a conveniência. Manuel Noriega não foi uma exceção. Passou de herói na luta contra o “comunista” Omar Torrijos a vilão ligado ao narcotráfico. Considere-se que o narcotráfico era parte da fonte de financiamento dos grupos contra insurgentes, um recurso reconhecidamente utilizado pela CIA para financiar suas *black ops*. Nos anos 1980 e 1990, a CIA entra em conflito com a DEA tanto no Panamá quanto no Peru, tentando evitar que seus ativos como Noriega e Montesinos fossem rifados por acusações de tráfico. Cabe lembrar que os EEUU são o país para onde converge o maior volume do comércio de drogas do mundo, por ser o maior consumidor de entorpecentes. E as conexões entre o mercado das drogas e o de armas são mais íntimas do que, normalmente se admite. A droga, sempre, haverá de passar por algum porto ou algum aeroporto e, assim, necessariamente haverá de se conectar com os sistemas de controle legal. E o objetivo dos que operam nesse mercado fabuloso não é se entorpecer, mas sim ganhar dinheiro e, assim, haverá de se encontrar com o mercado financeiro legal. A ilegalidade sempre acaba por gerar alguma forma de paralegalidade e, com isso, contaminar o sistema legal.

América Latina/Abya Yala em suas prioridades geopolíticas, onde o controle da região que nos cabe viver se coloca como objetivo permanente dos EUA. O lugar reservado à América Latina/Abya Yala talvez tenha em Cuba seu exemplo mais emblemático pela resistência histórica do povo cubano a qualquer tutela imperial,<sup>22</sup> o que já se configurava antes mesmo da Revolução Cubana de 1959. Talvez isso nos ajude a entender a centralidade da figura de José Martí na coesão interna do povo cubano que, assim, estaria mais para Martí do que para Marx, embora tenham encontrado no marxismo o legado teórico que lhes permitiu entender a conexão entre a libertação nacional e a superação do capitalismo.<sup>23</sup>

## DA AMÉRICA LATINA À AMÉRICA PROFUNDA: OU INVENTAMOS, OU ERRAMOS!

Para as esquerdas marcadas por influências eurocêntricas, a expressão América Latina criada na década de 1850 era suficientemente antiestadunidense para caracterizar um anti-imperialismo já denunciado, em 1826, por Simon Bolívar (1783-1830) quando problematizara a Doutrina Monroe (1823) e reivindicara a Pátria Grande contra o império do Norte. O antiamericanismo bolivariano, entretanto, não poderia ser anti-imperialista no mesmo sentido anticapitalista que a tradição marxista empresta ao conceito, sobretudo desde Lênin e seu *Imperialismo, fase superior do capitalismo*.

É importante destacar que o termo América Latina não deriva das pretensões integradoras de Bolívar que, aliás, propusera a expressão Pátria Grande, mas é uma expressão que deriva de intelectuais que viviam em Paris, como o colombiano José

<sup>22</sup> Os cubanos são muito ciosos de sua resistência anticolonial e, depois anti-imperialista. Como declarou Fidel Castro em sua Biografia, os cubanos haviam derrotado o maior exército colonial jamais havido em toda a história que fora a presença de 300.000 mil soldados espanhóis na ilha para manter o domínio colonial (Castro e Ramonet, 2006).

<sup>23</sup> Cuba cumpre, ainda, um outro papel de enorme relevância simbólico-política ao se assumir como socialista e, com isso, trazendo esse regime social e político para o coração do mundo ocidental. Consideramos esse tema como relevante para ser analisado, independentemente de eventuais simpatias, o que não quer dizer que não se possa ter uma posição nessa polarização ideológica que, normalmente, envolve Cuba e que turva a análise. Afinal, a defesa do mundo ocidental é feita em nome da liberdade e da democracia. E os cubanos, cuja resistência histórica à dominação colonial-imperial recupera uma tradição das ilhas caribenhas que tentaram no Haiti, em 1804, trazer a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade para uma região praticamente de negros – estão todos localizados na região que deu origem ao chamado mundo ocidental, as Antilhas, e que reivindicara que a liberdade não escolhesse a cor da pele. Foi a partir dali, da chamada Ilha Hispaniola, em 1492, que a Europa passou a ter alguma centralidade no sistema mundo que começava a ampliar suas conexões geográficas. E foi ali que começou o movimento da negritude de tantos efeitos descolonizadores (James, 2000).

Maria Caycedo,<sup>24</sup> e transpuseram para nossa realidade as disputas geopolíticas por áreas de influência entre França e Inglaterra que reverberavam ainda em meados no século XIX, apesar da clara vantagem britânica (Porto-Gonçalves e Quental, 2012). Embora o impulso inicial para a adoção do termo como iniciativa francesa tenha arrefecido ainda no século XIX, é notável que o mesmo termo tenha sido recuperado à esquerda, como expressão de um anti-imperialismo antiestadunidense que obliterava o caráter eurocentrado do próprio termo. As esquerdas, com este corte eurocêntrico ainda muito acentuado, pouco problematizaram o caráter ainda colonial do termo América Latina. Apesar da importante distinção em relação aos Estados Unidos e à América Anglo-saxônica, ainda carecia de encontrar uma perspectiva anticolonial e antiescravista que recuperasse as experiências revolucionárias dos povos no continente, dentre as quais em especial a revolução haitiana. Somente o eurocentrismo persistente explica porque um nome composto pela homenagem a um colonizador europeu, América, e pela designação da língua matriz das línguas dos colonizadores, Latina, pôde ser apropriado como contestação ao poder estadunidense no continente.

O peruano José Carlos Mariátegui tentara reverter essa posição entre as esquerdas nos anos 1920, mas será somente nos anos 1990 que essa perspectiva ganhará a cena política junto com emergência das lutas do indigenato (Ribeiro, 1973) contra a espoliação crescente. Não era a primeira vez que a mobilização indígena teria grandes consequências políticas, como vimos, por exemplo, em 1781 sob a liderança de Tupac Amaru, Tupak Katari e Bartolina Sissa. Na América Latina, o pioneirismo do peruano José Carlos Mariátegui na compreensão do lugar revolucionário que os povos e comunidades indígenas têm a cumprir nos processos emancipatórios, em particular no mundo andino, deve ser destacado, inclusive pelas incompreensões de suas ideias pela internacional comunista de sua época. E. J. C. Mariátegui antecipa um debate teórico-político que será explicitado nos anos 1980/1990 com o protagonismo do próprio movimento indígena, diga-se de passagem, num momento de crise do socialismo pós-queda do Muro de Berlim. Afinal, Mariátegui dizia que a questão do índio seria central no processo de emancipação do mundo andino, mas não via a questão indígena como uma questão identitária, mas sim ancorada na questão fundiária e, desse modo, raça e classe se imbricavam.

Quando se toma como principal referência do anti-imperialismo a figura de Bolívar, muitas vezes se desvanecem exemplos como o da Revolução Haitiana de 1804. Há um silêncio em parte derivado do eurocentrismo que coloniza o pensamento à direita e à esquerda do espectro político que não dá a devida atenção ao caráter verdadeiramente

<sup>24</sup> Embora muitos atribuam a J. M. Caycedo o fato de ter sido o primeiro a usar a expressão América Latina, em 1856, com seu poema *Las Dos Américas*, há documentos que comprovariam que o chileno Francisco Balboa usara a mesma expressão antes do colombiano e que abandonara o termo depois da intervenção francesa no México, em 1861.

revolucionário do Haiti, cuja independência em 1804 se fizera num processo não só de emancipação da antiga metrópole, a França, mas também da escravidão. Simon Bolívar esteve exilado no Haiti onde obteve ajuda, inclusive, com armas, e onde teria assumido o compromisso junto aos haitianos de abolir a escravidão no processo de independência, causa que abraçara e que teria sido uma das razões da oposição que sofreria por parte das oligarquias latifundiárias que temiam o haitianismo como, mais tarde, temeriam o comunismo.

As décadas que se seguiram às independências foram particularmente dramáticas para os camponeses e para as demais populações negras e indígenas de Nuestra América com as sucessivas legislações que viriam consagrar a propriedade privada da terra, sobretudo a grande propriedade privada, o latifúndio, desconhecendo as territorialidades herdadas de uso comum das tradições indígena-camponesas, o que mereceu uma fina caracterização de Anibal Quijano (2005b) quando afirmara que “na América Latina o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade”.

À época da independência brasileira a Coroa portuguesa ainda vivia sob os efeitos das duas unidades territoriais separadas na sua administração colonial: uma, a do Grão-Pará, que cobria o que hoje é a Amazônia, e outra, o Vice-Reino do Brasil, onde se refugiara, desde 1808, a Corte portuguesa fugindo dos exércitos de Napoleão, ensejando uma situação originalíssima do Brasil de ter sido uma colônia que foi sede da metrópole entre 1808 e 1822. Talvez isso ajude a entender porque o Brasil teria sido o único país de toda a América que ao se independentizar se reivindicou um Império e não uma República. E, mais, numa independência negociada com a Corte portuguesa que, por sua vez, regressara a Portugal procurando retomar o controle político do Reino ameaçado pela Revolução liberal do Porto, de 1820. A Província do Grão-Pará só se juntará ao Brasil independente um ano depois, em 1823, sendo que as elites luso-amazônicas aderiram ao Brasil também preocupadas com a possível abolição da escravatura e do latifúndio nos ares liberais de Portugal. Assim, aderiram ao Brasil conformando um grande território unido em torno da manutenção da escravidão e do latifúndio. Como se vê, o território fala, e esse é um dos maiores desafios para que um processo verdadeiramente emancipatório se dê entre nós, qual seja, manter essa unidade territorial superando o pacto oligárquico, latifundiário e antipopular que a sustenta. Enfim, o desafio é manter a unidade territorial nacional *desde abajo*, como se diria em bom castelhano.

Registre-se que logo após a independência do Brasil se seguiram uma série de revoltas e rebeliões conhecidas como nativistas e regionalistas que foram devidamente controladas *manu militari*, como José Veríssimo afirmara para o massacre da Cabanagem (Veríssimo, 1970), por tropas enviadas de cada Província do Brasil por suas diferentes oligarquias que, assim, conformaram uma aliança política que tem se mostrado duradoura. O resultado foi um dos maiores massacres de toda nossa formação territorial, a

Cabanagem (1835-1838), na Amazônia, logo depois da independência, quando teriam sido mortos mais de 35 mil cabanos, massacre este consumado com a contratação, pelo Império recém estabelecido no Brasil, de militares britânicos, para garantir que a Amazônia fosse nossa. Haja contradição!

Esse é um dos principais episódios da história territorial do Brasil que nos mostra como a soberania e a unidade territorial se fez contra seu próprio povo. Aliás, a soberania territorial do estado se impõe sobre a soberania popular, inclusive quando tomamos em conta que um dos princípios jurídicos invocados pela diplomacia brasileira para afirmar nossos direitos territoriais de fronteira, o *uti possidetis de facto*, é negado ao povo brasileiro ignorando a primazia da posse real de uso que populações camponesas, quilombolas e indígenas que, assim, exercem, de facto, o *uti possidetis*. Não poderíamos ter uma prova mais eloquente da primazia do estado sobre o povo, onde o estado se mostra como verdadeiro espelho do povo, ou seja, sua imagem invertida, como todo espelho.

Na América Latina/Abya Yala essa situação não é exceção, mas sim a regra, onde o caso dos Mapuche<sup>25</sup>, na Araucânia, é dos mais significativos da colonialidade do saber e do poder que ainda nos acompanha, haja vista que essa região do sul do continente habitada ancestralmente por esses povos, se mantivera livre de qualquer dominação colonial e só viria a ser invadida pelos estados chileno e argentino depois da independência. Na Bolívia, foi grande a violência para privar os indígenas de seus territórios e implantar a propriedade privada. A guerra contra o Paraguai foi uma guerra contra um país que, ainda hoje, tem como língua oficial a língua dos povos indígenas, o guarani, o que nos diz sobre a r-existência desses povos e que deveria nos levar a, no mínimo, fazermos uma avaliação crítica dos preconceitos que se costumam associar a tudo que se refira ao Paraguai que, na verdade, trata-se do preconceito anti-indígena que persiste com a colonialidade do poder.

Caberia refletir sobre os violentos processos de colonização interna que se afirmaram como a contracara da descolonização e dos processos de independência. Enquanto as rupturas com as metrópoles são glorificadas na história canônica, os processos de colonização interna são apagados, deixando-se de percebê-los como expressão de uma violência de Estado, pois a colonização interna é resgatada como confirmação teleológica dos vastos territórios nacionais, agora naturalizados e essencializados numa conformação identitária que apaga os vestígios das territorialidades concorrentes aos estados centrais.<sup>26</sup>

<sup>25</sup> Em mapudugun, língua mapuche, Mapu é terra e Che é gente. Mapuche = gente da terra. Mapudugun é fala da terra.

<sup>26</sup> Pablo Gonzalez Casanova explorou bem esse caráter das nossas formações sociais marcadas pelo “colonialismo interno” (Casanova, 2006).

Daí também que, diante da oposição contra o imperialismo norte-americano, o princípio de unidade nacional prevaleceu como polo principal frente ao reconhecimento das conflitualidades no interior dos países, expressas de modo radical na relação com a terra. O problema da terra esteve no cerne dos diversos conflitos ocorridos ao longo do século XX na América Latina/Abya Yala, mas é a partir dos anos 90 que a questão da terra passa a ser traduzida em termos de defesa do território, numa revolução desse conceito efetuada pelos movimentos indígena, pelos cimarrones/quilombolas, pelos camponeses e outras comunidades tradicionais que mais que propriedade, estavam em posse real de uso das condições de reprodução da vida (terra, água, bosques, savanas, punas, páramos, manguesais).

Essa América Profunda que já emergira nos anos 1970<sup>27</sup> com os indigenatos<sup>28</sup>, campesinatos, o movimento indígena e dos cimarrones/aquilombados, ganhou força nos anos 1990 quando, inclusive, passaram a reivindicar o nome de Abya Yala. Ali, nos anos 1990, o caos sistêmico apontado por Immanuel Wallerstein ganha contornos mais claros. O filósofo cubano Raul Fornet-Betancourt (2003) soube bem avaliar a reinvenção da América a partir do 1992 com o protagonismo indígena trazendo a história de *larga* duração, o 1492, último ano da sua liberdade.

Para muitos analistas geopolíticos, os anos 1990 foram marcados pela derrota do campo socialista, sobretudo com a queda do Muro de Berlim e o desmonte da União Soviética. Alguns chegaram a decretar o “fim da história”. Uma vez que a atenção principal é capturada por essa virada de impacto mundial, deixou-se de mirar para outras leituras que podem ser obtidas a partir da experiência da América Latina/Abya Yala. Não nos parece ser essa a leitura mais adequada quando vemos o mundo a partir da América Latina/Abya Yala, região onde outros grupos sociais adentraram à cena geopolítica a ponto de problematizar, até mesmo, a designação da região com o nome de Abya Yala<sup>29</sup>. Os povos indígenas, por exemplo, ganharam protagonismo nesses anos 1990 e

<sup>27</sup> Vide Declaração de Barbados (1971) e o Manifesto de Tiahuanaco (1973).

<sup>28</sup> Indigenato é um conceito híbrido cunhado nos anos 1970 por Darci Ribeiro para designar o que ele chamou de “um campesinato etnicamente diferenciado” que seria predominante no mundo andino, no sul do Chile, na Patagônia, na Chiquitania boliviana, no Chaco paraguaio, na América Central e na Amazônia.

<sup>29</sup> E sabemos que não se trata de uma questão geopolítica qualquer, até porque dar nome próprio é um modo de se apropriar do território como um espaço próprio. Narciso, segundo o poeta Caetano Veloso, “aquele que acha feio o que não é espelho”, na sua versão colonial costumava batizar como novo o velho: Nova Granada, Nova Espanha, Nova York, Nova Jersey e tantos outros novos e novas e, até mesmo, um novo continente como se nossa história começasse em 1492 ignorando uma história de cerca de 30.000 anos. Vide nota 07.

começam a questionar o caráter *euurocêntrico* implicado na designação da própria região como América Latina<sup>30</sup>.

Diante das contradições emergentes, os povos indígenas cumpririam um papel de destaque nessa nova (des)ordem mundial quando passaram a se destacar na r-existência contra o *despojo*, contra a desterritorialização de seus espaços de vida e existência. A crise do comunismo e de seu repertório teórico-político que exercia grande influência no movimento sindical e nas organizações camponesas, permitiu que os indígenas se apresentassem como tais na cena política, superando sua caracterização como camponeses. Diversas lideranças, antes camponesas, passaram a se autodesignar como indígenas, entre elas Hugo Blanco, no Peru, Felipe Quispe, na Bolívia e Humberto Cholango, no Equador. Ganhava sentido prático e político, conceitos como o de indigenato (Ribeiro, 1973) assim como a recuperação das formulações teóricas do peruano José Carlos Mariátegui.

Na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a CNUMAD, mais conhecida como Rio-92 ou Eco-92, os indígenas tiveram um papel teórico-político de alta relevância ao chamarem a atenção para a relação entre o ano de 1992 e o ano de 1492, quando se dera o “encobrimento da América” (Dussel, 1990). Trazem, assim, para o centro do debate a história de *larga* duração que nos constitui há, pelo menos, 500 anos. Afinal, no Fórum Paralelo à CNUMAD, a tenda dos povos indígenas indagava sobre as razões pelas quais os chefes de estado de todo o mundo se reunissem ali, no Rio de Janeiro, senão para debater a riqueza que o processo colonial de modernização destruíra, o que já prenunciava o colapso metabólico planetário. A vida requeria atenção. Os povos indígenas em aliança com os camponeses (Povos da Floresta) chamavam a atenção para o epistemicídio que acompanhara o etnocídio e o genocídio de povos com seus saberes tecidos com íntima relação com os bosques, os páramos, os *llanos*, as savanas, com a terra e com as águas, enfim, com a vida. Assim,

---

<sup>30</sup> Há uma vasta literatura que analisa os diversos nomes do continente. Destacamos a denominação de *Nuestra América*, que lhe atribuiu José Martí (1853-1895), criando um Nós em relação a um Eles, estadunidense. José Martí conhecia por dentro a sociedade estadunidense e suas sucessivas intervenções no sentido de tutelar o processo de independência dos demais povos do continente com sua doutrina da América para os americanos. Simón Bolívar (1783-1830) batizara o continente como *Pátria Grande* preocupado com a fragilização que decorreria de uma fragmentação territorial em *pátrias chicas*. E América Latina, designação atribuída a Jose Maria Caycedo (1830-1889), colombiano que vivera em Paris e teria se inspirado na polêmica então presente naquele continente na disputa pela hegemonia política, onde os franceses brandiam seu caráter latino contra a Inglaterra anglo saxônica. Registre-se que o chileno Francisco Balboa teria feito 3 meses antes alusão à expressão América Latina que, entretanto, abandonara em 1860 depois da invasão perpetrada pela França contra o México, o que indica que teria percebido o caráter ambíguo e colonial que a expressão guardava ao ignorar os indígenas e negros. Entre os Libertadores da América cabe assinalar o uruguaio José Artigas (1764-1850) verdadeiramente preocupado com o destino dos povos indígenas e negros nos novos estados recém-liberados da tutela colonial formal.

denunciavam a colonialidade que sobrevivera ao fim do colonialismo e questionavam o processo civilizatório eeuurocêntrico que, primeiro quis colonizá-los, depois evangelizá-los, mais adiante fazê-los progredir e, mais recentemente após a 2ª Guerra, desenvolvê-los, cada um desses momentos sendo mais do mesmo, desde os missionários religiosos do primeiro momento às *missões e misionários* do FMI ou do Banco Mundial para lhes impor modelos e negociações de dívidas a serem pagas com mais e maiores dívidas, a dívida eterna, quase sempre exportando natureza com superexploração de trabalho.

Na América Latina/Abya Yala um novo léxico teórico-político emerge nos anos 1990, quando a América Profunda (Rodolfo Kusch) se manifesta com duas grandes marchas, no Equador e na Bolívia, afirmando a luta pela Vida, pela Dignidade e pelo Território. Observamos, com isso, um deslocamento em relação aos ideais iluministas de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, com que se movem as direitas e as esquerdas. Tem sido grande o protagonismo político de setores sociais tradicionalmente em situação de subalternização/opressão/exploração, como os camponeses, os indígenas, os quilombolas, os movimentos das periferias urbanas precarizadas, os *piqueteros*, os sem-terra, os zapatistas, as populações tradicionais, os atingidos por barragem, os atingidos pela mineração, os atingidos por unidades de conservação, dentre outros. Em todos eles as mulheres adquirem protagonismo por todo lado nos vários movimentos populares. Dos vários governos que aderiram ao Consenso de Washington nos anos 1990, muitos caíram por pressões das ruas, *las manifestaciones callejeras*, como no Equador, na Bolívia e na Argentina (quando ecoou no início dos anos 2000 o grito “que se vayan todos”).

Sublinhe-se o pioneirismo do 27 de fevereiro de 1989, onde se dera o Caracazo, com centenas de populares assassinados nas ruas da capital venezuelana, na primeira grande manifestação popular contra as políticas de ajuste estrutural proposta pela *troika* que comanda o mundo (o Banco Mundial, o FMI e a OMC) e imposta pelo governo de Carlos Andrés Pérez logo que tomara posse. O *Caracazo* teve a virtude de sensibilizar e contribuir para educar determinados setores militares que, desde ali, se comprometeram a jamais repetir as tristes cenas em que massacraram seu próprio povo. Entre esses jovens militares estava Hugo Chávez Frias que, ainda, experimentaria uma nova situação educativa quando tentara um golpe de estado, em 1992, junto com outros jovens militares. Novamente Hugo Chávez soube extrair lições profundas do episódio ao declarar e assumir publicamente seu erro vanguardista ao tentar salvar o povo sem o povo, com um golpe militar. Desde então, se compromete a fazê-lo com o povo, fazendo uma ampla peregrinação política pelo país e se candidatando a presidente em 1998, cargo a que seria investido com o sufrágio popular. O interesse por essa trajetória política aqui é menos destacar as eventuais virtudes pessoais de Hugo Chávez que, sem dúvida, existem, mas, principalmente, destacar a afirmação da soberania nacional junto com

um projeto popular e, assim, afirmando um modo diferente do comportamento político das forças armadas de outros países da América Latina, como a colombiana, a chilena e, mais recentemente, a brasileira e a boliviana, que se voltam contra suas populações em nome de uma agenda política determinada alhures, supostamente se dedicando a combater o narcotráfico, a corrupção e o terrorismo, mas, sim, combatendo os movimentos populares e sociais internos que organizam as demandas contra a exploração, a discriminação e a devastação dos bens da vida.<sup>31</sup>

Considere-se, ainda, que nos finais dos anos 1980, o protagonismo desses grupos sociais da América Latina/Abya Yala já se fizera presente no debate mundial, 1) com a última revolução insurrecional em nosso continente, a Revolução sandinista (1979-1989) no bojo da qual cabe destacar a luta dos Miskitos, indígenas do Caribe nicaraguense, 2) com a luta dos Povos da Floresta da Amazônia brasileira, e 3) das populações negras do Pacífico colombiano (Escobar e Pedrosa, 1996) ampliando o campo teórico-político com a presença das camadas populares e de outros povos/etnias/nacionalidades/comunidades.<sup>32</sup>

O caso dos indígenas Miskitos do Caribe nicaraguense merece atenção porque antecipa um debate que ganhará força nos anos 1990, sobretudo na Bolívia, no Equador, no Cauca colombiano, em Chiapas no México, na Araucanía chileno-argentina com os Mapuche, no Chaco argentino, na Amazônia brasileira, na Serra de Perijá na Venezuela ocidental com os bari, yukpa, wayuu e añuu e, ainda, na Amazônia-Orinoquia colombiana. A luta dos miskitos atualiza um debate histórico no seio das esquerdas com relação ao tema do desenvolvimento das forças produtivas e a colonialidade intrínseca a esse preceito. Os miskitos apoiaram a Revolução Sandinista, mas recusaram sua

<sup>31</sup> No Brasil, salta aos olhos os ataques, sobretudo depois de 2016, contra a legislação trabalhista; contra os direitos dos povos e comunidades indígenas, dos quilombolas e das populações tradicionais; contra os bens públicos, seja na forma de instituições e empresas estatais estratégicas (Banco Central, Petrobrás, Eletrobrás, Correios), seja na perda de tutela de bens públicos, como o meio ambiente. A sanha antissocial chegou ao requinte de uma legislação que limita os investimentos sociais por 20 anos em nome de conter os gastos públicos com o chamado Teto dos Gastos. Os militares têm tido um papel protagônico nessas políticas antipopulares, inclusive, desenvolvendo um projeto político próprio que chegaria a se eleger em 2018 com a chapa puramente militar de Jair Messias Bolsonaro e Mourão. Desde 2014, mesmo sendo proibida por lei qualquer manifestação política no interior dos quartéis, a Jair Bolsonaro era facilitada seu proselitismo em campanha aberta o que, conhecidas as rígidas regras militares, jamais poderia ocorrer sem autorização da alta hierarquia, como bem destaca Piero Leiner (2020), da Universidade Federal de São Carlos.

<sup>32</sup> É larga a história dessas lutas que a partir de finais dos anos 1980 e dos anos 1990 ganham maior destaque na cena política. Basta lembrar, por se inscrever no campo do reconhecimento formal do estado, com todas as ambiguidades aí implicadas pela colonialidade do saber e do poder que impera na conformação dos estados modernos, os territórios autônomos dos indígenas Kuna, em San Blas, resultado da Revolução Kuna de 1926, no Panamá, as Repúblicas de Índios e os Ejidos, no México, os Resguardos Indígenas colombianos, os Territórios Indígenas no Brasil, entre muitos outros exemplos que poderiam ser arrolados.

proposta de desenvolvimento para o Caribe nicaraguense. O *imbróglío* que se seguiu com as tentativas dos Contras, apoiados pelos EEUU, de instrumentalizarem a luta dos miskitos foi muito bem analisado por um dos mais criativos intelectuais marxistas da América Latina/Abya Yala, Hector Díaz-Polanco (Díaz-Polanco, 2013),<sup>33</sup> demonstrando como os miskitos se recusaram a se aliar aos Contra e, ao mesmo tempo, procuravam ampliar o escopo da Revolução Sandinista denunciando a colonialidade que ainda residia em suas concepções de progresso econômico.

As incompreensões do mundo camponês e, sobretudo do mundo indígena, pelo eeuurocentrismo que também grassa entre as esquerdas, tiveram sérias consequências para os povos indígenas. Um dos casos mais emblemáticos dessa incompreensão se deu na Revolução boliviana de 1952 que, em nome da Reforma Agrária, dividiu os territórios quechua-aymaras, os ayllus, em pequenas propriedades unifamiliares. Desse modo, ignoraram o caráter comunal daqueles territórios e as contribuições do Marx tardio (Shanin, 2006).

Um aspecto central nesse movimento foi o reposicionamento da questão ambiental pelos povos/etnias/nacionalidades/comunidades/campesinidades. No Brasil, o assassinato, em 22 de dezembro de 1988, do líder camponês, o seringueiro Chico Mendes (1944-1988) que protagonizara junto com Ailton Krenak e Davi Kopenawa Yanomami a Aliança dos Povos da Floresta, teve enormes implicações geopolíticas, uma delas, sem dúvida, por contribuir para que a primeira reunião da ONU em que estiveram presentes todos os chefes de estado do mundo, a Conferência das Nações Unidas para o Meio ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), tivesse como palco o Rio de Janeiro em 1992. Ali, no Fórum Paralelo organizado no Aterro do Flamengo onde participaram mais de 100 mil ativistas, acadêmicos e lideranças comunitárias e populares, os Povos da Floresta trouxeram para o debate o tempo de *larga* duração, ao associarem a destruição das condições metabólicas de reprodução da vida ao início da colonização (ecocídio/etnocídio/genocídio/epistemicídio). Colocaram em relevo o fato de que após 500 anos de colonização o mundo se reunia para uma Conferência, justamente tendo como impasse os padrões de exploração e de predação da natureza que se mostravam já incompatíveis com a reprodução da vida. E, mais, esses povos/etnias/nacionalidades/comunidades/campesinidades colocam um tempo outro, ancestral<sup>34</sup>, na nova conjuntura que contribuíram para inaugurar. Associaram o 1992 ao 1492,

<sup>33</sup> Seu livro *Elogio de la diversidad. Globalización, multiculturalismo y etnofagia* é uma das mais consistentes abordagens marxistas do tema da diversidade, questão relegada nessa tradição teórico-política.

<sup>34</sup> A mais recente descoberta acerca da ocupação do continente acaba de ser publicada na Revista Nature. Trata-se da pesquisa do arqueólogo Ciprian Ardelean, da Universidad de Zacatecas e da especialista em ADN Eske Willerslev, do St. John's College, Universidade de Cambridge e do Centro de Geogenética da Universidad de Copenhagen. Entre o material por eles encontrado estão 1.900 ferramentas de pedra talhada, que mostram a ocupação humana na Gruta del Chiquihuite que remonta a 33 mil anos e que teria durado 20 mil anos. Esses resultados desafiam a teoria mais aceita de que os Clovis teriam sido os

indo além de uma reinterpretação do passado colonial, que se encontra/ se confronta, hoje, com a expansão/ invasão de seus territórios derivada do aumento exponencial de demandas de matérias primas, questão que se debate em torno do extrativismo ou neoextrativismo (Lang, Dilger e Pereira Filho, 2016). Observe-se que se fala de Povos da Floresta introduzindo uma perspectiva teórico-política em que natureza-sociedade estão imbricados, contribuindo, assim, para conformar no debate público um outro (não novo) paradigma. Chico Mendes, por exemplo, vai afirmar “não à defesa da floresta sem os povos da floresta” reivindicando o conhecimento dos povos como condição da reprodução da vida.

Logo a seguir, em 1994, o México Profundo se globalizara com iniciativa própria, ao vir à cena pública mundial no 1º de janeiro, justo no momento em que a grande potência hegemônica, os EEUU, procurava dar um passo na sua reorganização geopolítica com o NAFTA. Disseram “*no más un México sin nosotros*”, com o EZLN em Chiapas. As lutas, desde então, ofereceram um outro ideário com outros horizontes de sentido: a consigna Pela vida, Pela Dignidade e por Território parecia realizar a máxima do venezuelano Simón Rodríguez (1771-1854) – “Ou Inventamos ou Erramos”, pois não reivindicavam o ideário iluminista da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, com que se movem socialistas e liberais, as esquerdas e as direitas. “Nossa luta é epistêmica e política”, diria Luis Macas, agrônomo quéchua e, à época, coordenador da CONAIE.

Enfim, os anos 1990, apesar de serem aqueles que se seguiram à queda do muro de Berlim, foram de grande protagonismo popular e de uma criativa inovação teórico-política na América Latina/Abya Yala em que se destacam o *Caracazo*, o EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional, no México), a APPO (Assembleia Permanente para a Libertação dos Povos, de Oaxaca, no México), a CONAIE (Coordenadora das Nacionalidades Indígenas do Equador), o CRIC (Conselho Regional Indígena de Cauca, na Colômbia), o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, no Brasil), o IPSP-MAS (Instrumento Político para a Soberania dos Povos – Movimento ao Socialismo, na Bolívia), as lutas pela reapropriação da natureza como a Guerra del Água de Cochabamba, Bolívia, em 2000, a Guerra del Gás, também na Bolívia, em 2003, que abriram espaço para uma série de governos que vão se reivindicar como pós-neoliberais.

O que foi feito pelos governos que se sucederam nos anos 2000 seria assunto para outro artigo, mas o que fica registrado, por ora, é a potência da América Latina/Abya Yala profunda na construção de formas autônomas de luta social, com o potencial de redefinir o campo geopolítico que afetam não só a vida dos povos e nacionalidades em Nuestra América, mas no próprio debate teórico-político em curso no mundo. As duas últimas conquistas de direitos atribuídos a grupos/classes sociais em situação de subal-

---

primeiros habitantes humanos das Américas há 15 mil anos. Definitivamente nossa história não começa em 1492 ou em 1500, nem tampouco há 15 mil anos! (*La Jornada*, 2020).

ternização no mundo estão associadas ao protagonismo desses povos e nacionalidades de Nuestra América, a saber, o Convênio 169 da OIT, de 1989, e a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas da ONU, aprovada em 2007. Outros horizontes de sentido para a política surgiram com importantes implicações para o debate teórico como se pode ver com a proposição de estados plurinacionais, e não mais simplesmente estados nacionais; com a ideia de direitos da natureza constitucionalizados na Colômbia, no Equador e na Bolívia; com a proposta de pluralismo jurídico e com o debate do bem-viver (bem-con-viver, *sumaq qamaña*, *sumak kawsay*, *ubuntu* entre outras denominações singulares) como alternativa *ao* desenvolvimento e não *de* desenvolvimento.<sup>35</sup> Em suma, é importante ressaltar que uma mirada que resume os conflitos e rivalidades aos grandes jogadores do tabuleiro geopolítico global pode ser surpreendida pela emergência da política que se produz *desde abajo*, cuja inteligibilidade nem sempre respeita o receituário da política institucional.

## BIBLIOGRAFIA

- Altvater, E. (1994). *O Preço da Riqueza*. São Paulo: Unesp.
- Arrighi, G. (2008). *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo.
- Arrighi, G. (1996). *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Casanova, P. G. (2006). “Colonialismo interno (una redefinición)”, in A. Boron, J. Amadeo e S. González (orgs.). *La teoría marxista hoy*. Buenos Aires: Clacso.
- Castoriadis, C. (1982). *A Instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Castro, F. e Ramonet, I. (2006). *Fidel Castro. Biografia a Duas Vozes*. São Paulo: Boitempo.
- Coletivo Chuang (2020). Contágio Social – coronavírus, China, capitalismo tardio e o ‘mundo natural’. Consultar [afita.com.br/outras-fitas-contagio-social-coronavirus-china-capitalismo-tardio-e-o-mundo-natural/](http://afita.com.br/outras-fitas-contagio-social-coronavirus-china-capitalismo-tardio-e-o-mundo-natural/) 2/34.
- Díaz-Polanco, H. (2006). *Elogio de la diversidad: globalización, multiculturalismo y etnofagia*. La Habana, Cuba: Casa de Las Américas.
- Dussel, E. (1990). “¿Descubrimiento o invasión de América?”, em *Boletim CEHILA*, núm. 40, jul. 1989-fev. 1990, pp. 14-18.
- Escobar, A. y Pedrosa, Á. (1996). *Pacífico: ¿desarrollo o diversidad? Estado, capital y movimientos sociales en el Pacífico colombiano*. Bogotá: CEREC.
- Escotado, A. (1989). *História de las drogas. Vol. 1*. Madrid: Alianza.

<sup>35</sup> No momento em que publicamos esse artigo esse debate está aberto no Chile no processo de elaboração de uma nova Constituição onde o protagonismo das mulheres foi tão marcante que a composição da assembleia foi paritária (50% mulheres e 50% homens) e a presidência da Assembleia Constituinte coube a uma mulher Mapuche, Elisa Loncón, num claro reconhecimento do protagonismo dos povos e das mulheres indígenas.

- Fiori, J. L. (2004). “O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites”, em: J. L. Fiori (org.), *O poder americano*. Petrópolis: Vozes.
- Fornet-Betancourt, R. (1994). *Hacia una filosofía intercultural latinoamericana*. Costa Rica: DEI.
- Goody, J. (2008). *O roubo da história: como os europeus se apropriaram das idéias e invenções do Oriente*. São Paulo: Contexto
- Gunder F, A. (2009). “ReOriente. Economía global en la era asiática. Conclusiones historiográficas e implicaciones teóricas”, em *Revista Crítica y Emancipación*, núm. 2, pp. 95-140, primer semestre. Buenos Aires: Clacso.
- Hobsbawn, E. (1997). “Entrevista concedida a William Waack”, em *Jornal O Globo*, 16/02.
- James, C. R. L. (2000). *Os Jacobinos Negros*. São Paulo: Boitempo.
- La Jornada* (2020). Utensilios de 30 mil años en Zacatecas revolucionan data de humanos en América, em *La Jornada*, 20/07. México.
- Lang, M., Dilger, G. e Pereira Filho, J. (2016). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. Apresentação Carlos Walter Porto-Gonçalves. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo / Editora Elefante / Editora Autonomia Literária.
- Leiner, P. (2020). *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política numa perspectiva etnográfica*. São Paulo: Alameda
- Nações Unidas (2007). *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas*. Rio de Janeiro: Nações Unidas. Disponível em [https://www.un.org/esa/socdev/unpfi/documents/DRIPS\\_pt.pdf](https://www.un.org/esa/socdev/unpfi/documents/DRIPS_pt.pdf)
- Pomeranz, K. (2013). *A Grande Divergência. A China, a Europa e a Formação da Economia Mundial Moderna*. Lisboa: Edições 70.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2003). “A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina”, em J. Seoane, *Movimientos sociales y conflictos en América Latina*. Buenos Aires: Clacso.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2009). “Abya Yala”, em E. Sader e I. Jinking, *Latinoamericana. Enciclopedia Contemporânea de América Latina y el Caribe*. Madrid: Akal.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2012). “A reinvenção dos territórios: a experiência da América Latina/ Abya Yala”, em *Conceptos y fenómenos fundamentales de nuestro tiempo*. México: Instituto de Investigaciones Sociales-UNAM.
- Porto-Gonçalves, C. W. e Qental (2012). “Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina”, em *Polis. Revista Latino-americana*, nº 31. Santiago, Chile.
- Quijano, A. (2005a). “Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina”. *Revista de Estudos Avançados*, nº 55. São Paulo: USP.
- Quijano, A. (2005b). “Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina”, em E. Lander (org), *Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Argentina: Clacso.
- Ribeiro, D. (1973). “Etnicidade, indigenato e campesinato”, em *Revista de Cultura Vozes*, vol. LXXIII, outubro, nº 8, pp. 589-60. Petrópolis: Vozes.
- Rodrigues, A. J. (1977). *Urbanismo e revolução*. Porto, Portugal: Afrontamento.

- Rinke, S. (2016). *América Latina y Estados Unidos: una historia entre espacios desde la época colonial hasta hoy*. México: El Colégio de México / Marcial Pons.
- Sahlins, M. (1988). “Cosmologias do capitalismo: o setor transpacífico do “sistema mundial”, em M. Sahlins, *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Shanin, T. (2006). *Marx tardio e a via Russa: Marx e as periferias do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular.
- Spykman, N. (1944 [1942]). *Estados Unidos frente al mundo*. México: FCE.
- Veríssimo, J. (1970). *Estudos amazônicos*. Belém: UFPA.
- Waibel, L. (1933). “A forma econômica da plantage tropical”, em L. Waibel *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Wallerstein, I. (2006). *Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XIX*. Brasil: Ideias & Letras.
- Wallerstein, I. (2017). *Como o concebemos do mundo o fim*. Rio de Janeiro: Revan.
- Wisnik, J. M. (2018). *Maquinação do mundo: drummond e a mineração*. São Paulo: Companhia das Letras.

